

INFÂNCIAS E DESIGUALDADES SOCIAIS NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: UMA REVISÃO SOBRE ESCOLARIZAÇÃO E EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS

Lauren Ancina Bastos

RESUMO

252

A história da escolarização brasileira revela que as experiências educativas das crianças foram constituídas em condições sociais distintas, relacionadas à origem familiar, à situação econômica, ao território e às concepções de infância presentes em diferentes períodos. O reconhecimento da infância como etapa específica da vida não ocorreu de maneira uniforme, assim como as oportunidades de acesso e permanência nas instituições escolares. Este estudo tem como objetivo analisar como a produção historiográfica da educação brasileira aborda as relações entre condições sociais, experiências de infância e oportunidades de escolarização. Trata-se de uma revisão bibliográfica qualitativa, de caráter histórico-interpretativo, fundamentada em estudos sobre história da infância, instituições escolares, desigualdades educacionais e culturas escolares. A discussão foi organizada em torno da constituição histórica das concepções de infância, das diferenças sociais nas experiências educativas e da ampliação do reconhecimento da educação como direito. A análise evidencia que crianças pertencentes a diferentes grupos sociais vivenciaram trajetórias educacionais desiguais, marcadas tanto pela ausência de acesso à escolarização quanto pela existência de instituições com finalidades e condições de atendimento distintas. Também permite compreender que a expansão da educação pública não eliminou as desigualdades historicamente constituídas. Conclui-se que a investigação das múltiplas infâncias contribui para compreender a escolarização brasileira como processo relacionado às condições sociais e às transformações das responsabilidades atribuídas ao Estado, às famílias e às instituições educativas.

Palavras-chave: História da Educação; Infâncias; Desigualdades Sociais; Escolarização; Culturas Escolares.

1 INTRODUÇÃO

As concepções de infância e as responsabilidades atribuídas à educação das crianças sofreram transformações ao longo da história. Ariès (1981) contribuiu para compreender a infância como uma construção histórica, embora suas interpretações sobre a sociedade europeia não possam ser aplicadas diretamente ao Brasil, cuja formação social foi marcada pela colonização, pela escravidão e pelas desigualdades econômicas.

No contexto brasileiro, as experiências infantis foram influenciadas pelas condições sociais e familiares. Crianças de grupos economicamente favorecidos vivenciaram oportunidades educativas distintas daquelas destinadas às crianças pobres, indígenas e escravizadas. Essas diferenças também se manifestaram no acesso à escolarização, historicamente restrito e relacionado às prioridades políticas e econômicas de cada período (Del Priore, 2013; Saviani, 2019).

A expansão das instituições escolares nos séculos XIX e XX ampliou a presença da escola na vida das crianças, mas ocorreu de maneira desigual entre regiões e grupos sociais. Além das diferenças de acesso, as instituições desenvolveram práticas, normas e expectativas que influenciaram as experiências educativas. A análise das culturas escolares permite compreender como essas condições participaram da organização da escolarização brasileira (Faria Filho, 2000; Julia, 2001).

O estudo das múltiplas infâncias exige reconhecer que crianças da mesma faixa etária podem vivenciar experiências educacionais distintas conforme suas condições históricas, sociais e culturais. Essa perspectiva contribui para compreender as relações entre desigualdades sociais, organização das instituições e oportunidades de aprendizagem (Del Priore, 2013; Kuhlmann Jr., 1998).

Diante disso, o estudo apresenta como problema de pesquisa: como a produção historiográfica brasileira aborda as relações entre desigualdades sociais, concepções de infância e oportunidades de escolarização? O objetivo consiste em analisar essas relações, considerando as diferentes experiências educativas e as transformações históricas no reconhecimento da educação como direito.

2 METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica qualitativa, de caráter histórico-interpretativo, fundamentada em produções sobre história da infância, escolarização brasileira, desigualdades educacionais e culturas escolares (Gil, 2025; Knechtel, 2014). O referencial contempla contribuições de

Ariès (1981), Del Priore (2013), Kuhlmann Jr. (1998), Saviani (2019), Faria Filho (2000), Julia (2001) e Chartier (1990).

A análise foi organizada em três eixos: concepções históricas de infância; desigualdades sociais e oportunidades de escolarização; e reconhecimento da educação como direito. A interpretação considerou as relações entre condições sociais, práticas educativas e transformações institucionais em diferentes períodos da história brasileira (Chartier, 1990; Xavier; Fialho; Vasconcelos, 2018).

254

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A produção historiográfica demonstra que as concepções de infância foram construídas historicamente e influenciadas pelas condições sociais de cada período. Ariès (1981) contribuiu para reconhecer a infância como objeto de investigação histórica, enquanto Del Priore (2013) evidencia que as experiências das crianças brasileiras foram marcadas por desigualdades econômicas, pela escravidão e pelas diferenças familiares, resultando em oportunidades educativas distintas.

Durante o período colonial, a instrução formal esteve vinculada a interesses religiosos e políticos, especialmente à atuação jesuítica. No século XIX, a Constituição de 1824 e a Lei de 15 de outubro de 1827 estabeleceram disposições sobre a instrução primária e a criação de escolas. Entretanto, as restrições sociais e a distribuição desigual das instituições limitaram o acesso à escolarização, especialmente entre grupos submetidos às condições da sociedade escravista (Brasil, 1824; Brasil, 1827; Saviani, 2019; Del Priore, 2013).

A expansão das escolas primárias ampliou gradualmente as oportunidades educacionais, mas permaneceu condicionada à disponibilidade de professores, recursos públicos e condições familiares. As diferenças regionais e a organização dos espaços, tempos e práticas escolares também influenciaram as experiências infantis, contribuindo para a constituição de culturas escolares distintas (Faria Filho, 2000; Julia, 2001).

Na Educação Infantil, as desigualdades manifestaram-se nas finalidades atribuídas às instituições. O atendimento destinado às crianças de famílias pobres esteve frequentemente relacionado à assistência, enquanto outras instituições desenvolveram propostas pedagógicas diferenciadas. Essas distinções evidenciam como as condições sociais influenciaram a organização do atendimento e o reconhecimento da educação infantil como direito (Kuhlmann Jr., 1998; Paschoal; Machado, 2009).

Ao longo do século XX, a ampliação da educação pública não eliminou as diferenças de acesso e permanência escolar. As condições econômicas, o trabalho infantil e as desigualdades entre áreas urbanas e rurais continuaram interferindo na escolarização. Além disso, as diferenças de infraestrutura, materiais e práticas pedagógicas demonstram que as desigualdades educacionais ultrapassavam a possibilidade de matrícula (Saviani, 2019; Faria Filho, 2000; Chartier, 1990).

A Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, e a Lei nº 9.394/1996 fortaleceram o reconhecimento da educação como direito e consolidaram a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica. Apesar desses avanços, permaneceram diferenças nas condições institucionais e nas oportunidades de aprendizagem, demonstrando que as garantias legais não asseguraram, isoladamente, a superação das desigualdades históricas (Brasil, 1988; Brasil, 1990; Brasil, 1996; Paschoal; Machado, 2009).

A compreensão das infâncias, no plural, permite reconhecer diferentes experiências de desenvolvimento, convivência e escolarização. A investigação de documentos institucionais, registros escolares e memórias de professores e familiares pode contribuir para compreender essas trajetórias em contextos regionais, relacionando políticas educacionais, práticas escolares e condições sociais (Del Priore, 2013; Nascimento et al., 2021; Halbwachs, 2006; Le Goff, 1990).

A análise evidencia que a ampliação do direito à educação não eliminou as desigualdades historicamente constituídas. As oportunidades de acesso,

permanência e aprendizagem permaneceram relacionadas às condições sociais e à organização das instituições, demonstrando a importância de compreender a escolarização brasileira a partir da diversidade das experiências infantis (Saviani, 2019; Del Priore, 2013).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

256

A revisão bibliográfica permitiu compreender que as experiências de infância e as oportunidades de escolarização no Brasil foram constituídas em condições sociais desiguais. As concepções sobre as crianças, as responsabilidades atribuídas às famílias e as formas de organização das instituições educativas variaram historicamente, produzindo trajetórias distintas entre grupos sociais e regiões do país.

A ampliação da escolarização e o reconhecimento da educação como direito modificaram as responsabilidades do Estado e contribuíram para ampliar o acesso às instituições educativas. Entretanto, as transformações legais não eliminaram as diferenças nas condições de atendimento, permanência e aprendizagem. A história da educação brasileira demonstra que as desigualdades também se manifestam na organização das práticas escolares e nas experiências vivenciadas pelas crianças.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824**. Rio de Janeiro, 1824.

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Rio de Janeiro, 1827.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.



BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: Difel, 1990.

DEL PRIORE, M. (org.). **História das crianças no Brasil.** 7. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

FARIA FILHO, L. M. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República.** Passo Fundo: UPF, 2000.

GIL, A. C. **Pesquisa qualitativa básica.** Petrópolis: Vozes, 2025.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-43, 2001.

KNECHTEL, M. R. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada.** Curitiba: Intersaberes, 2014.

KUHLMANN JR., M. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica.** Porto Alegre: Mediação, 1998.

LE GOFF, J. **História e memória.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

NASCIMENTO, M. I. M. et al. **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica.** Campinas: Autores Associados, 2021.

PASCHOAL, J. D.; MACHADO, M. C. G. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 9, n. 33, p. 78-95, 2009.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2019.

XAVIER, L. N.; FIALHO, L. M. F.; VASCONCELOS, J. G. História da Educação: constituição histórica, objetos e perspectivas de pesquisa. **Cadernos de História da Educação**, v. 17, n. 2, p. 379-393, 2018.